

Os oficiais do Exército e da Armada da família Souza Coutinho-Linhares

Mestre
Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes



Este artigo, pretende estudar os oficiais do Exército e da Armada da família Souza Coutinho-Linhares, tendo início em D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1726-1781), Governador de Angola (1764-1772), cognominado o “Pombal de Angola”, o primeiro português que acalentou o sonho de realização do «Mapa Cor-de-Rosa» de ligação entre Angola e Moçambique; segue depois D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1764-1821/1823), Almirante da Armada Portuguesa, Vice-Almirante (em 1804) e Governador e Capitão-General do Grão-Pará, Brasil (1790-1803); de D. Vitório Maria Francisco de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1790-1857), 2º Conde de Linhares em vida de seu pai (1810), Presidente do Ministério (1835) e Brigadeiro do Exército (1818); de D. Francisco Afonso Maurício de Souza Coutinho (1795-1834), 1º Marquês e 1º Visconde de Maceió com Grandeza (1826 e 1825), que acompanhou numa esquadra portuguesa a 1ª Imperatriz do Brasil, a Arquiduquesa D. Leopoldina de Áustria do porto de Livorno, Toscana, Itália ao Rio de Janeiro, Brasil em 5-11-1817; de D. Carlos de Souza Coutinho (1880-1964), 6º Conde de Linhares (1948), Capitão de Mar-e-Guerra (1936); e de D. António de Souza Coutinho (1881-1956), Capitão de Cavalaria (1917), etc.

Neste trabalho foi excluído «O Vice-Almirante D. Rodrigo de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1823-1894), 3º Conde de Linhares e Director das Construções Navais no Arsenal da Marinha em Lisboa (1859-1891)», visto já ter sido publicado na Revista Militar n.º 2566, em 2015¹.



D. Francisco Inocência de Souza Coutinho (1726-1781), Governador de Angola (1764-1772).

Foi D. FRANCISCO INOCÊNCIA DE SOUZA COUTINHO, Governador e Capitão-General de Angola e Benguela (de 17-8-1763 a 21-11-1772), Governador de Almeida (em 1762), Sargento-mor dos Dragões de Chaves, Coronel de Infantaria e de Cavalaria, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima (a 9-9-1763), Embaixador Plenipotenciário de Portugal na Corte de Madrid (de 20-2-1775 a 1780), onde assinou por parte de Portugal, o tratado de Santo Ildefonso em Segóvia, Espanha em 1-10-1777, Comendador da Ordem de Cristo, Sócio da Academia Olissiponense, etc., filho de D. Rodrigo de Souza Coutinho Castelo Branco e Menezes (1680-1748), Vedor da Casa Real, Porcionista do Colégio de S. Pedro de Coimbra (em 20-7-1697), Arcediago de Vila Nova de Cerveira na Sé de Braga; deixou a vida eclesiástica para se casar e de D. Maria Antónia Paim de S. Boaventura e Menezes, irmã inteira da 1ª Condessa de Alva, D. Constança Luísa Monteiro Paim.

Serviu como militar nas guarnições de Bragança, Miranda, Chaves e Almeida. Foi Capitão e Sargento-mor dos Dragões de Chaves e Coronel de Infantaria e Cavalaria da Praça de Almeida. Em 1762, serve como Coronel de Infantaria na guerra contra Espanha.

Quando o 1º Marquês de Pombal procurou melhorar a vida económica de Angola, que se achava num verdadeiro estado de abandono e corrupção, um dos seus maiores acertos foi escolher e nomear Souza Coutinho em 17-8-1763, para levar a efeito esse plano, que pela sua largueza de vistas, segura compreensão das necessidades da província e medidas, que tomou para atendê-las dentro de um espírito renovador, bem poderá cognominar-se o “Pombal de Angola”, superior ao da Metrópole, sob o ponto de vista de intolerância política, porque soube aceitar o seu governo sem excessos tirânicos. O próprio Souza

Coutinho, reputava o seu governo: «em tudo, e em todas as matérias do seu expediente, como huma fundação nóva, ou total reforma (...)»². José Joaquim Lopes de Lima na sua obra “Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas no Ultramar: Livro III, de Angola e Benguella e suas dependências”, refere: «eterno viverá em Angola o nome deste bom governador, a quem o tempo e o dinheiro chegou para tudo; fez tudo de novo e tudo fez bem feito». Foi Souza Coutinho por volta de 1770, primeiro que nenhum outro, acalentou o sonho de realização do «Mapa Cor-de-Rosa» da ligação entre Angola e Moçambique, que depois tardiamente foi tentado sem sucesso, causando o Ultimato de 11-1-1891.

Chegou a Luanda, a 31-5-1764, tomando posse de Governador e Capitão-General de Angola e Benguela a 6-6-1764, permanecendo até 26-11-1772.

O objecto dos seus maiores esforços, consistiu em afirmar a segurança do comércio português ameaçado pelos navios estrangeiros (como se verificou no apresamento de uma lancha inglesa na barra do Dande em Março de 1767), e a comunicação entre a costa e a contracosta; o seu génio reformador visionou para ela, através de uma profunda revolução renovadora, o aproveitamento das suas riquezas naturais; o desenvolvimento da agricultura: obrigando os donos das terras de baldio a cultivá-las, sob pena do governo da província tomar conta delas e ocupar muitos inactivos nesta actividade que, por não trabalharem se entregavam à vadiagem; a criação da indústria e o alargamento do comércio, etc. Foi no governo de Souza Coutinho, que o comércio conheceu um surto de maior progresso, auxiliando-o e animando-o por todos os meios ao seu alcance, fazendo que ele assentasse em regulamentos, regras e sistemas europeus, promovendo o crédito, incrementando, devidamente fiscalizadas as feiras já existentes e estabelecendo outras novas, como as do Galo, do Bimbo e da Calendula, e restabelecendo igualmente a do Encoge, com o que reduziu o contrabando dos navios estrangeiros nos portos de Luango e Cabinda.



Luanda, em 1755.

Para isso moralizou e reorganizou a administração: a erecção da Junta do Comércio, Terreiro Público ou Praça do Comércio de Luanda e Conferências dos Comerciantes, em 1764; o novo Regimento dos Capitães-mores de 24-2-1765, traçando normas cordatas de política com os chefes gentílicos de atracção dos nativos, alimentação, trabalho e justiça; a arrematação dos dízimos e organização do contrato régio das Marinhas de Sal, em 1765; a vassalagem por via diplomática do potentado Holo, em 1765; estabelecimento da Cordoaria e Casa de Contos, em 1766; a criação de Zeladores do Bem Comum, em 1768; a ocupação de Novo Redondo, como garantia de trânsito seguro para Benguela, em 1769; a pacificação dos mussorongos, em 1770; foi também notável a sua obra de colonização e protecção do nativo nesse tempo, segundo os costumes da época muito precária e assim: proibiu por completo os castigos corporais então em voga, impediu que os nativos pudessem dar os seus filhos, parentes ou amigos em hipotecas de dívidas, o branco que em seu interesse desrespeitasse tal determinação e admitisse o miserável negócio, seria condenado a 6 anos de trabalhos públicos e regulamentou em novas bases o trabalho do nativo, tornando-o mais humano de acordo com as ordens de Lisboa; a colonização branca, era por ele olhada como uma das maiores necessidades para a vida da Angola, e

para que esta pudesse atingir um maior progresso, impossível então de atingir apenas com o nativo, propôs em substituição da colonização penal, o envio para esta província de “casais” idos do Brasil, ilhas adjacentes (Madeira e Açores) e da Metrópole para realizar esse objectivo; assim promoveu o casamento de soldados com baixa e concedeu facilidades, aqueles que desejassem estabelecer-se em Angola, especialmente os que tivessem ofício ou conhecimentos de qualquer indústria: «de todos os ofícios, artes e profissões» (1766); tinha as missões religiosas como «negócio de grande consideração», dado o abandono em que se encontravam, e indigna de uma capital cristã a prática de cerimónias gentílicas que proibiu, também mais tarde, mesmo fora de Luanda (1769); fundou povoações no sertão de Benguela, com vista também à ligação com Moçambique, introduzindo em cada uma, pároco, juiz e capitão-mor de ordenanças; regulou os jornais dos negros muxilundas, bem como o pagamento dos nativos ocupados no serviço real e o seu transporte para o Brasil, em melhores condições de higiene e alimentação (1770); a construção da nova Alfândega de Luanda, junto ao Trem (1770); a construção da Casa dos Contos pegada ao Palácio do Governo (1771); mereceu-lhe igual desvelo a exploração das riquezas naturais, como a das minas de petróleo do Dande e de enxofre de Benguela (1768); exploração do breu do Libongo; procurou explorar o cobre, instituiu uma fábrica de carnes secas, couros e sabões (1768) e fundou a célebre fábrica de fundição de ferro de Nova Oeiras (Massangano) no Golungo (1767 ou 1771), chegando a contratar à sua custa na Baía, artífices competentes (um português que aprendera a fundir ferro na Galiza e dois oficiais fundidores, que morreram ao passar em Benguela de febre ali contraídas); deu atenção à saúde pública, através da reedificação do hospital da Misericórdia de Luanda e o estabelecimento de um passeio público na Nazareth (1771) e reorganização do de Benguela (1768); cuidou da defesa da costa até ao Cabo Negro; a fortificação e Arsenal de Luanda, fortaleza de S. Francisco de Penedo (1766) e de S. Miguel; reorganizou e reformou de tal forma o Exército e a defesa militar da província, que em menos de um ano de governo, em Março de 1765, já podia afirmar: «Angola goza de paz e justiça e as tropas, se bem que diminutas acham-se disciplinadas, encontrando-se o sertão livre de ladrões e assassinos»; a fundação do presídio de Novo Redondo na foz do rio Gunza (1769); reparos em todos os presídios e reformas nos regimentos e disciplina das suas guarnições (1769); estabelecendo uma aula de geometria e fortificação em Luanda (em 1768), etc.

O seu empenho, traduziu-se também na criação de povoações no Sul de Angola: Huila, Luceque, Caconda, Quipeio, Galangue e Quilengues, sempre avançando no sentido Leste na esperança de assim mais facilmente alcançar a ligação com Moçambique, sonho que constituía uma das suas maiores aspirações. Ele próprio, mais tarde escreveria estas palavras: «Levara eu o grande projecto de unir as duas costas, encaminhando para o Ocidental os riquíssimos canais de ouro dos rios de Sena (Zambeze); obra maior que pode fazer um vassalo português e obra extremamente fácil».

Foram igualmente importantes, as suas providências a respeito da capitania de Benguela, que propôs para ser elevada a governo subalterno de Luanda, no sentido de alcançar para Angola a unidade política, ao mesmo tempo que pedia a Portugal, o envio de casais para se instalarem nas povoações que ele tentara erguer entre as latitudes de 14º a 18º, a última das quais fora Sarzedas, para além de Caconda. Com este seu projecto, evitaria

que os Holandeses instalados na África do Sul, partissem de Tafel-Bay, como se facilitariam as comunicações com Moçambique e a Índia, governando-se mais facilmente essas duas províncias.

Para Joaquim Pedro de Oliveira Martins na sua monografia “O Brasil e as colónias Portuguesas”, Lisboa: Liv. Bertrand, 1880: «o governo de Sousa Coutinho em Angola (1764-1772), demonstra o propósito de fundar uma colónia na África Ocidental; são dessa época as principais construções das cidades marítimas e data de então a tentativa de criar uma indústria metalúrgica com os ferros de Nova Oeiras. Em geral efémeros, os planos do marquês de Pombal, eram no caso especial do fomento de Angola, quiméricos, porque além de causas gerais, havia ao mesmo tempo um motivo de força maior que impedia todo e qualquer desenvolvimento agrícola e industrial - o negócio de escravos rendia mais que qualquer outro (...)».

Após a sua retirada para Portugal e mesmo antes, a sua experiência e o seu saber se mantiveram desinteressadamente ao serviço de Angola, elaborando duas “Memórias do Reino de Angola” (uma entre 1769/1770 e 26-11-1772 e outra entre 1773-1775), onde os problemas referentes à administração e governo daquela vasta possessão ultramarina, se acham postos com notável clarividência e patriotismo e prestando informações essenciais ao seu sucessor D. António de Lencastre, em 26-11-1772³.

Em 1-10-1777, assinava por parte de Portugal, o tratado de Santo Ildefonso em Segóvia, Espanha, que punha termo à disputa entre Portugal e Espanha pela posse da colónia sul-americana de Sacramento; os espanhóis mantiveram a colónia e a região dos Sete Povos das Missões, que depois passou a compor grande parte do estado do Rio Grande do Sul e do Uruguai; em troca, reconheceram a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata, cederam pequenas faixas fronteiriças para compensar as vantagens obtidas no sul e devolveram a ilha de Santa Catarina, ocupada poucos meses antes.

Casou 1ª vez, em 1748, com D. Ana Luísa Joaquina da Silva Teixeira de Andrade Barbosa, nasceu em 1731, filha de Domingos Teixeira de Andrade, Sargento-mor de Batalha (decreto de 4-11-1750), Brigadeiro no Regimento de Bragança (decreto de 8-8-1735), Governador da praça de Miranda do Douro, Bragança, Trás-os-Montes (1757), Fidalgo da Casa Real, nasceu no bispado de Miranda (pertencente à arquidiocese de Braga até 1780)⁴, e morreu em 1757 e de sua mulher D. Maria Barbosa da Silva, nasceu em N. S.ra da Candelária, Rio de Janeiro, Brasil; neta materna de Matias Barbosa, Coronel e fundador da cidade de Barra Longa (1730), que actualmente pertence ao Estado de Minas Gerais, Brasil, o “cabeça de ferro”, que após a prestação de serviços à Coroa em 1680, ligada às disputas entre Portugal e Espanha pela possessão da colónia do Sacramento, recebeu uma sesmaria que posteriormente, se transformou no distrito de Matias Barbosa, na capitania de Minas Gerais, acumulando riquezas no período do auge da extração de ouro e diamantes, nasceu em Braga e de sua mulher D. Luísa de Sousa de Oliveira. Do 1º casamento são filhos, entre outros: D. Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1755-1812), 1º Conde de Linhares (1808), 1º Senhor de Paialvo (1789), Ministro e Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar

(de 1796-1801), da Fazenda (de 1801-1803), dos Negócios Estrangeiros (1801 e 1808) e da Guerra (de 1808-1812), Conselheiro de Estado, Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário à Corte de Turim (1778-1796), Presidente do Real Erário (1801-1803), Presidente do Conselho da Fazenda, Presidente Honorário da Real Sociedade Marítima, etc., etc., e de D. Domingos António de Souza Coutinho (1762-1833), 1º Marquês e 1º Conde do Funchal (decretos de -6-1833 e de 17-12-1808), Governador do Reino (em 1821), do Conselho da Fazenda Real do Príncipe Regente D. João, Embaixador de Portugal em Turim (1786-1803), Roma (1814-1828) e Londres (1803-1814 e 1828-1833) e Enviado Extraordinário na Dinamarca (em 1788), formado em Leis pela Universidade de Coimbra (1776-1781), Moço Fidalgo da Casa Real (1781), etc. Casou 2ª vez com Maria Martiña de Castro Loynaz, sem mais notícia.

Nasceu em Vila Viçosa, a 28-12-1726, e morreu em Madrid, Espanha, a -2-1781.

Segue seu filho D. FRANCISCO MAURÍCIO DE SOUSA COUTINHO, Almirante da Armada Portuguesa, Vice-Almirante (em 1804), Governador e Capitão-General do Grão-Pará, Brasil (1790-1803), Membro do Conselho Supremo Militar no Rio de Janeiro, Brasil, Chefe de Divisão da Armada Real (decreto de 10-9-1795 e dado pelo Príncipe D. João, em nome de sua mãe D. Maria I, no Palácio de Queluz, em 12-12-1795), Grã-Cruz da Ordem da Torre-e-Espada (1812), Cavaleiro da Ordem de Malta; etc.⁵; consolidou a importância da capitania do Grão-Pará para a Marinha Real, tendo importante actuação nas discussões sobre os recursos naturais da região, emitindo inúmeras informações e considerações sobre os problemas relativos à administração da capitania; defendeu a extinção do regime do directório dos Índios, no qual foi atendido por carta régia de 12-5-1798; tornou-se conhecido pela análise que realizou ao alvará de 3-5-1795, resultado da consulta ao Conselho Ultramarino a respeito das irregularidades e desordens em relação ao regimento de sesmarias no Brasil; em 27-7-1804, o Príncipe Regente D. João, concedia autorização ao Vice-Almirante D. Francisco Maurício para se poder ausentar da Corte; em 1806 publicou em francês, o livro “Vantagens da boa educação, e objectos da mesma”, era filho de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e de Ana Luísa Joaquina da Silva Teixeira de Andrade Barbosa. Nasceu em 1764 e morreu em 1821/1823.

Foi sobrinho deste último, D. VITÓRIO MARIA FRANCISCO DE SOUZA COUTINHO TEIXEIRA DE ANDRADE BARBOSA, 2º Conde de Linhares em vida de seu pai (a 13-5-1810) «o Principe Regente Nosso Senhor Tendo consideração á Pessoa do Snr Conde de Linhares Pai de V. Ex.a Houve por bem fazer mercê a V. Ex.a do mesmo Titulo de Conde de Linhares em sua vida (...)», 2º Senhor do Paialvo, Par do Reino (carta régia de 30-4-1826), Mordomo-mor da Rainha D. Maria II de Portugal (de 7-2-1850 a 3-3-1850, após Saldanha ser demitido deste cargo, até à data em que o Duque da Terceira foi nomeado para Mordomo-mor), Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Turim (carta de 14-7-1823 e a -4-1835), Presidente do Conselho de Ministros (de 4-5-1835 a 27-5-1835), Ministro da Marinha e do Ultramar (1835), Brigadeiro do Exército (em 6-2-1818), Coronel (em 24-6-1817), Capitão Agregado ao 2º Regimento de Infantaria (em 13-5-1808), sendo graduado em Sargento-mor na mesma data e efectivo em 8-8-1808, Capitão da 5ª Companhia do Regimento de Infantaria n.º 13, vaga pela promoção de Pedro Ricardo Figueira (por decreto de 3-11-1807), Gentil-Homem da

Câmara da Rainha D. Maria II de Portugal, Moço Fidalgo da Casa Real (alvará de 6-2-1816), Comendador das Ordens de Cristo e da Torre-e-Espada (1820), da Ordem de São Maurício e São Lázaro da Sardenha (a 12-12-1849) e condecorado com a Estrela de Ouro de Montevideu, pela campanha do Rio da Prata, na qual tomou parte, etc⁶.



D. Vitorio Maria Francisco de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1790-1857), 2º Conde de Linhares, Presidente do Conselho (1835) - retrato e pintura sobre folha de metal por volta de 1823 de John Zephanian Bell.

Entre 1811-1812, esteve na Primeira Campanha da Cisplatina, sendo condecorado com Estrela de Ouro de Montevideu.

Em 1835, formou-se um ministério presidido pelo 2º Conde de Linhares, que além da Presidência do Conselho de Ministros, detinha a pasta da Marinha e do Ultramar. Este gabinete era ainda composto por Agostinho José Freire, na pasta do Reino e da Marinha; por Manuel Duarte Leitão, na pasta da Justiça; por José da Silva Carvalho, na pasta da Fazenda e por D. José Luís de Souza Botelho Mourão e Vasconcelos, 1º Conde de Vila Real, na pasta da Guerra. Este ministério teve uma vida efémera, sendo substituído, a 27 de Maio, pelo 1º Marquês de Saldanha. A queda deste Ministério tem sido atribuída erradamente a uma intriga da Corte, desavenças ou grave discussão entre Agostinho José Freire (1780-1836), Ministro do Reino (1835) e D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal (1784-1859), 1ª Duquesa de Ficalho e Camareira-mor de D. Maria II, como

referem José de Sousa Monteiro na “História de Portugal”, tomo V, Lisboa: Typ. de António José da Rocha, 1838, p. 128, e Maria Amália Vaz de Carvalho na “Vida do Duque de Palmela”, vol. III, Lisboa: Imp. Nacional, 1898-1903, p. 60.

Tanto Sousa Monteiro, como Maria Amália Vaz de Carvalho, fizeram eco de boatos do tempo, que eram menos exactos: a verdadeira causa da queda do Ministério, fora a concessão do título de Visconde de Geraz do Lima (decreto de 27-4-1835 e carta de 30-5-1835), dado a Luís do Rego Barreto (* Viana do Minho a 28-10-1777, † Palácio do Campo da Penha, Viana do Castelo a 7-10-1840), concessão que a Rainha assinara “enganada” pelo Ministro do Reino: «Poucas horas depois de você sair de Lisboa - escreve a Marquesa de Ficalho ao Conde de Lavradio - soube a Rainha (não por mim, porque o não sabia) que Luiz do Rego, se tinha justificado com o Senhor D. Miguel, o que os Ministros lhe tinham encoberto e o tinham proposto com um título e, além disto outras coisas semelhantes. A Rainha desesperou-se e disse: Dou a demissão ao Freire, que me enganou! Eu nem uma palavra lhe disse porque não queria falar em negócios. No outro dia, ao meio-dia, mandou chamar o Conde de Vila Real e disse-lhe que Ela queria dar a demissão ao Freire e que referendasse o Decreto; ele não quis, a Rainha mandou chamar os outros, um por um e todos lhe responderam o mesmo; o último foi o Leitão às nove horas da noite. Então a Rainha disse: Nenhum quer fazer o que Eu mando: procurarei outros! E, a essa hora, mandou chamar o Marquês de Saldanha e disse-lhe que formasse um Ministério; isto tudo foi feito por Ela [...] Entrou o novo Ministério, ficando o velho amaldiçoando-me e julgando ser eu, Maria e o mano Thomaz os cúmplices deste crime! (...)»⁷.



D. Catarina-Juliana de Souza Holstein (1791-1871), 2ª Condessa de Linhares, colecção Dr. D. Marcus Noronha da Costa, e gravura de D. Pedro de Souza Holstein (1781-1850), 1º Duque de Palmela.

Por decreto de 4-9-1844 e portaria do Ministério do Reino de 6-9-1844, foi-lhe comunicado que fora concedido por mais uma vida no título de Conde de Linhares, para seu filho primogénito, D. Rodrigo.

No parlamento pertenceu às seguintes comissões parlamentares: Negócios Externos (1834, 1842, 1844, 1846, 1853), Marinha (1835, 1844, 1846, 1848, 1849-1851), Ultramar (1840, 1842, 1843, 1844, 1846, 1848, 1849-1851), Negócios Externos (1834, 1842), Petições (1835, 1842, 1843, como presidente), Fazenda (1835), Administração Pública, (1835, como presidente, 1840, 1841), Guerra (1835, 1841), Poderes, Negócios Eclesiásticos e de Instrução (1843), Legislação (1848) e Infracções (1853).

Era filho de D. Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1745-1812), 1º Conde de Linhares e sua mulher D. Gabriella Maria Ignacia Asinari di San Marzano (1770-1821).

Nasceu em Turim, Itália, a 25-6-1790, sendo baptizado a 9-1-1791, e morreu no Palácio de Arroios, Lisboa, a 30-6-1857

Casou na Ajuda, Lisboa, a 4-9-1820, com D. Catarina-Juliana de Souza Holstein, Dama de Honor da Rainha D. Maria II, nasceu em Copenhaga, Dinamarca, a 28-3-1791, e morreu em Lisboa, a 21-8-1871, irmã de D. Pedro de Souza Holstein, 1º Duque de Palmela⁸, filha de D. Alexandre de Souza Holstein, Conde de Sanfré no Piemonte, 10º Capitão da Guarda Real Alemã (por carta de 17-6-1795), Moço Fidalgo da Casa Real (por alvará de 20-6-1757), acrescentado a Fidalgo Escudeiro (por alvará de 10-12-1757), do Conselho da Rainha D. Maria I (por carta de 2-8-1785), Conselheiro de Estado (9-7-1796), Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Copenhaga (1785) e em Berlim (em 1788), Embaixador em Roma (em 1802), Desembargador (por carta de 29-4-1799), etc., nasceu em Lisboa a 4-12-1751, e morreu em Roma, Itália a 13-12-1803 (jaz na igreja Paroquial de Sanfré) e de sua mulher D. Isabel Juliana de Souza Coutinho Monteiro Paim, o Bichinho de Conta ou a Sempre Noiva; quis o 1º Marquês de Pombal, desposá-la com seu segundo filho, José Francisco, de 14 anos, partido que a senhora recusou; seu pai, temendo as represálias do valido de D. José I, obrigou a filha a contrair matrimónio, que se efectuou nas Mercês em Lisboa, a 11-4-1768; D. Isabel Juliana, após a cerimónia recusou-se porém, a reconhecer por marido o noivo que lhe tinham dado; acabou por ser recolhida no Mosteiro das Dominicanas de S.ta Joana, onde era priora uma irmã de Pombal, a 15-8-1771; a instância do próprio 1º Marquês de Pombal, foi proferida a sentença de nulidade, a 11-7-1772; Sebastião José, não perdoou a rebeldia da nora falhada e, a 18-7-1772, fez transferir a vítima para o Convento do Calvário em Évora, a fim de ali ficar reclusa para toda a vida; demitido o Marquês de Pombal, pode enfim unir o seu destino ao seu 1º pretendente, D. Alexandre de Souza Holstein, a 27-6-1779. «Voilà une femme que je voudrais connaitre», dissera dela o grande Rei Frederico da Prússia, * em Santa Engrácia, Lisboa em 1753, † em Genebra, Suíça a 10-4-1793 (jaz na igreja paroquial de Sanfré).

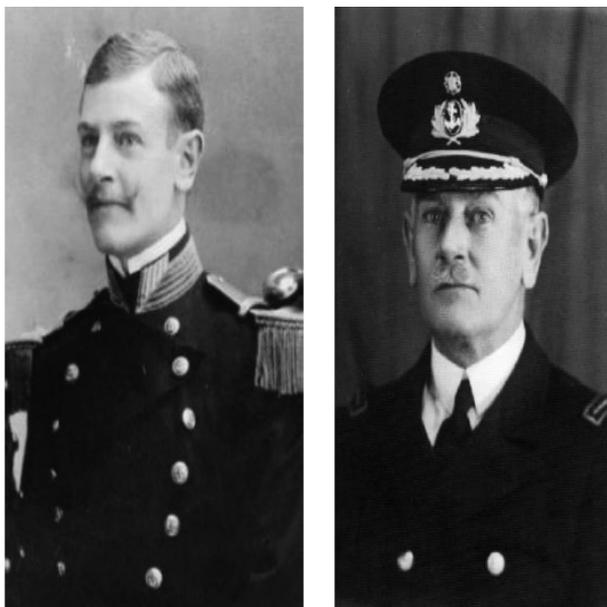


D. Francisco Afonso Maurício de Souza Coutinho (1795-1834), 1º Marquês e 1º Visconde de Maceió com Grandeza - miniatura sobre papel, inglesa século XIX e coleção do Dr. D. Marcus Noronha da Costa e armas do 1º Marquês de Maceió.

Do 2º Conde de Linhares foi irmão, D. FRANCISCO AFONSO MAURÍCIO DE SOUZA COUTINHO, 1º Marquês e 1º Visconde de Maceió com Grandeza (decretos de 12-10-1826 e de 12-10-1825), Grande do Império, Ministro da Marinha no 6º Gabinete (de 16-1-1827 a 22-11-1827), Oficial da Marinha Portuguesa, Vedor de Sua Majestade (em 1818), Gentil-Homem da Imperial Câmara, Curso de Matemática pela Real Academia de Guardas Marinhas (certidão de 17-11-1813), Cavaleiro da Ordem de Malta e da do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo, de Isabel a Católica de Espanha e Cavaleiro da Ordem de Torre-e-Espada de Portugal, etc.; assentou praça a 1-1-1810, sendo promovido a 1º Tenente da Armada (por decreto de 17-12-1811); frequentou as aulas de Matemática na Real Academia de Guardas Marinhas, desde 1810, sendo-lhe passada certidão a 17-11-1813; aderindo à independência do Brasil, foi promovido a Capitão-de-Fragata em 1824 e a Tenente-Coronel do Exército; em 1828, foi nomeado Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário à Corte de Viena de Áustria; em 1817, acompanhou numa esquadra portuguesa a 1ª Imperatriz do Brasil, a Arquiduquesa D. Leopoldina de Áustria do porto de Livorno, Toscana, Itália, ao Rio de Janeiro, Brasil, em 5-11-1817, filho de D. Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1745-1812), 1º Conde de Linhares e de Gabriella Maria Ignacia Asinari di San Marzano (1770-1821).

Nasceu em Turim, Itália, a 2-2-1795, e morreu em Paris, França a 14-8-1834.

Casou no Rio de Janeiro, Brasil, em 1824, com D. Guilhermina Adelaide Carneiro Leão, Dama da Imperatriz D. Leopoldina de Áustria, nasceu em Lisboa, a 2-1-1803, e morreu em 18-8-1856, filha de José Fernando Carneiro Leão, 1º Conde de Vila Nova de S. José (1825) e de D. Gertrudes Angélica Pedra, sem geração.



D. Carlos de Souza Coutinho (1880-1964), 6º Conde de Linhares.

Já no século XX, destacam-se D. CARLOS DE SOUZA COUTINHO, 6º Conde de Linhares (autorização de El-Rei D. Manuel II de 9-5-1930 e alvará do Conselho de Nobreza de 30-1-1948), Capitão de Mar-e-Guerra (por portaria de 3-6-1936), Curso da Marinha e Curso Complementar Naval de Guerra no Estado-Maior Naval (em 15-10-1937), Capitão-de-Fragata (por portaria de 1-8-1931), Capitão-Tenente (em 25-4-1918), 1º Tenente (decreto e 30-11-1912), 2º Tenente (em 10-6-1903), Guarda-Marinha (em 8-9-1900), Ajudante de Ordens do Contra-Almirante Inspector do Arsenal da Marinha (de 19-12-1903 a 13-7-1904), Comandante da lancha canhoeira Tete (de 1-1-1905 a 1-11-1906), da lancha canhoeira Velez (em 17-1-1906), da canhoeira Lurio (de 12-5-1915 a 6-11-1917), do rebocador Minho (de 10-12-1917 a 18-4-1918), do vapor Lidador (de 15-4-1918 a 31-8-1918), Capitão de bandeira do transporte Gil Eanes (de 25-10-1918 a 15-6-1919), Adido à Majoria da Marinha (1903-1904), Vogal do Conselho de Guerra da Divisão Naval do Índico (de 14-4-1904 a 14-12-1904), Vogal do Conselho da Guerra e da Marinha (de 24-1-1909 a 6-4-1910), Chefe da 2ª Secção da 2ª Repartição da Majoria General (de 20-6-1911 a 2-7-1911), Adjunto do Departamento da Marinha do Sul (em 7-11-1917), Chefe e Subchefe da 2ª Repartição da 2ª Direcção Geral (1919-1921), Chefe Interino da secretaria do Comando (1921), Chefe da 1ª e 2ª Secção da Repartição da Marinha Mercante (1924-1927) e Chefe da 1ª Secção da 1ª da Repartição da Marinha Mercante (de 15-11-1926 a 25-10-1934), Jurado Efectivo do Tribunal Militar da Marinha

(em 4-3-1929) e Juiz (em 16-12-1935) e Juiz Efectivo do mesmo (de 14-4-1939 a 1-9-1939), Vogal do Conselho de Administração da Caixa de Providência a Pescadores Inválidos (portaria de 9-8-1929 a 30-10-1934), Chefe da 1ª Repartição da Direcção da Marinha Mercante e membro da secção administrativa das Corporações de Pilotos (por portaria de 12-11-1935 a 17-8-1936), Chefe do Departamento Marítimo do Centro (portaria de 17-8-1936 a 18-3-1940); em 23-1-1940, foi inscrito subscritor na Caixa Geral de Aposentação e, por portaria de 4-4-1940, foi mandado passar à situação de reforma a contar a partir de 21-3-1940, recebendo a pensão mensal de 3.000\$00, Grande-Oficial e Comendador da Ordem de Avis (em 25-2-1938 e decreto de 6-3-1919), Cavaleiro da Ordem da Estrela (ou Espada) da Suécia (em 13-6-1922), Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar (decreto de 15-10-1930), Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar (em 7-1-1913) e Medalhas da Campanha e da Vitória 1916-1918 (em 6-4-1920), Medalha de Ouro comemorativa das Campanhas do Exército Português “no mar 1916-1917-1918” (1921), Medalha de Prata da classe de Bons Serviços (decreto de 15-10-1921), etc.; assentou praça como Aspirante da Marinha em 10-11-1897, sendo promovido a Guarda-Marinha em 8-9-1900, a 2º Tenente em 10-6-1903, a 1º Tenente (decreto e 30-11-1912), a Capitão-Tenente (em 25-4-1918), a Capitão-de-Fragata (por portaria de 1-8-1931, a contar a antiguidade desde 5-7-1931) e a Capitão de Mar-e-Guerra (por portaria de 3-6-1936, a contar a antiguidade desde 7-5-1936); por portaria do Ministro da Marinha de 6-10-1921, era louvado pelo seu desempenho nos comandos dos vapores Minho e Lidador e da Canhoeira Lurio e como Capitão de bandeira do transporte Gil Eanes, pelo desempenho de importantes comissões de serviço de comboios de transporte do Corpo Expedicionário Português e de vigilância durante a 1ª Guerra Mundial, tendo percorrido 10.200 milhas, durante 2 anos e 3 meses; por portaria de 21-6-1937, foi nomeado para proceder à delimitação da zona de jurisdição da capitania do porto de Lisboa¹⁰; era filho de D. Nuno de Souza Coutinho (1854-1929), 5º Conde de Linhares e Oficial-mor da Casa Real e de D. Maria Constança Simões Lisboa (1860-1942). Nasceu em Lisboa, a 21-3-1880, e morreu em Cascais, a 25-12-1964.



D. António de Souza Coutinho (1881-1956), Oficial de Cavalaria e industrial, e D. Maria Justina Júdice Fialho (1883-1961).

Deste último, foi irmão D. ANTÓNIO DE SOUZA COUTINHO, Capitão (decreto de 20-1-1917), Tenente (decreto de 1-12-1909), Alferes (em 15-11-1905), Curso de Cavalaria na Escola do Exército (em 26-10-1904), Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, com direito ao uso do tratamento de Dom por alvará do Conselho de Nobreza de 9-12-1952, grande industrial no distrito de Faro e proprietário em Lisboa¹¹; alistou-se como voluntário no Regimento de Artilharia n.º 3, sendo incorporado em 8-8-1901; a 15-11-1905, foi promovido a Alferes e por decreto desta data era Aspirante a Oficial no Regimento de Cavalaria n.º 2 de Lanceiros, Tenente do Regimento de Cavalaria n.º 5 (decreto de 1-12-1909), contando a antiguidade desde 9-12-1917 e Capitão no Estado-Maior de Cavalaria (decreto de 20-1-1917), contando a antiguidade desde 9-11-1916; foi colocado na reserva por ter sido julgado incapaz pela Junta Hospitalar de Inspeção da 1ª Divisão do Exército a 4-6-1917, e em situação de reforma por Ordem do Exército n.º 1 e 2 de 15-1-1918, com a pensão de 50\$00; era filho de D. Nuno de Souza Coutinho (1854-1929), 5º Conde de Linhares e Oficial-mor da Casa Real e de D. Maria Constança Simões Lisboa (1860-1942). Nasceu em em S. Jorge de Arroios, Lisboa, a 31-8-1881, e morreu em Faro, a 3-1-1956.

Casou em Mártires, Lisboa, a 5-7-1911, com D. Maria Justina Júdice Fialho, que nasceu em Faro, a 7-4-1883, e morreu em Lisboa, a 11-5-1961, filha de João António Júdice Fialho (nasceu em Portimão, a 17-4-1859, e morreu em Lisboa, a 17-3-1934), grande industrial e proprietário do Algarve¹², e de sua mulher D. Maria Antónia Cumano (nasceu na Sé, Faro, a 26-12-1860, e morreu em Faro, a 17-6-1948).

Bibliografia

Fontes Primárias

Manuscritas e não publicadas

1.1 - Arquivo Histórico Militar (AHM):

Processo Individual de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Caixa n.º 73.

Processo Individual de Vitório Maria Francisco de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, Caixa n.º 199.

Processo Individual de António de Souza Coutinho, Caixa n.º 3205.

1.2 - Arquivo Central / Arquivo Histórico da Marinha:

D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, Caixa 735.

D. Francisco Afonso Maurício de Sousa Coutinho, Caixa 735.

D. Carlos de Souza Coutinho, Caixa 735.

1.3 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

Chancelaria de D. José I, Livro 86, fl. 174 v.º e 175

Arquivo Condes de Linhares, PT/TT/CLNH/0090/42 e PT/TT/CLNH/0092/51

1.4 - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU):

Angola, Caixa 54, documento n.º 31, Carta do Governador Sousa Coutinho de 6-6-1770.

Fontes Secundárias

Monografias

AFFONSO, Domingos de Araújo e Ruy Travassos Valdez - Livro de Oiro da Nobreza. Apostilhas à Resenha das Famílias Titulares do reino de Portugal de João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco Torres e Manuel de Castro Pereira de Mesquita, Volume II, Braga, 1932.

COSTA, António José Pereira da, coord., [introd.] Luís Vasco Valença Pinto; invest. Carlos Manuel de Barros Martins Beirão de Oliveira... [et al.]; colab. Alberto Ribeiro Soares... [et

al.] - Os generais do Exército Português: Das invasões francesas à queda da monarquia: 1807-1864, II Volume, I Tomo, Lisboa: Biblioteca do Exército, 2005.

COUTINHO, Francisco Inocêncio de Sousa - «Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre - 26 de Novembro de 1772», in Arquivos de Angola, 2ª série, vol. X, nº 39-42 (Jan.-Out.), Luanda: Imprensa Nacional, 1953.

DIAS, Gastão de Sousa - Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: administração Pombalina de Angola, Lisboa: Editorial Cosmos, 1936.

FUNCHAL, Marquês do - O Conde de Linhares Dom Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho, Lisboa: Tipografia Bayard, 1908.

MENEZES, Mestre Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de - «O Vice-Almirante D. Rodrigo de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1823-1894), 3º Conde de Linhares e Director das Construções Navais no Arsenal da Marinha em Lisboa (1859-1891)», in Revista Militar n.º 2566, de Novembro de 2015, IIº Século - 67º Volume - N.º 11, Lisboa: EUROPRESS Editores e Distribuidores de Publicações Lda., 2015.

MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de - «Uma Varonia Milenária: Os Souza Coutinho», in Raízes & Memórias n.º 32, Dezembro de 2015, Lisboa: Produção Gráfica - Tipografia Lobão, 2016.

MÓNICA, Maria Filomena, dir.; Pedro Tavares de Almeida, colab. [Et Al.] - Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006.

PORTUGAL, D. Francisco de Almeida - Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal, vol. III e IV, Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.

SOARES, Alberto Ribeiro, coord.; pref. José Alberto Loureiro dos Santos; consultor cient. António Pires Nunes; investigadores Luís Faria de Almeida...[et al.]; colab. Ana Teresinha Músico... [et al.] - Os generais do Exército Português 1: Da Restauração às Invasões Francesas, 2ª edição, Lisboa: Biblioteca do Exército, 2016.

SERRA, Jorge Miguel Robalo Duarte - O nascimento de um império conserveiro: "A Casa Fialho (1892-1939)", dissertação de Mestrado em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

SOUSA, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de - D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: reinterpretação de um Governo, 1764-1772, Funchal; Lisboa: [s.n.], 1996.

Zuquete, Afonso Eduardo Martins, dir., coord. e compil.; il. João Carlos, J. Ricardo da Silva - Nobreza de Portugal e do Brasil: [Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática, vol. II, Lisboa; [Rio de Janeiro]: Editorial Enciclopédia, 1960-1989.

1 cf. Mestre Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes - «O Vice-Almirante D. Rodrigo de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1823-1894), 3º Conde de Linhares e Director das Construções Navais no Arsenal da Marinha em Lisboa (1859-1891)», in Revista Militar n.º 2566 de Novembro de 2015, IIº Século - 67º Volume - N.º 11, Lisboa: EUROPRESS Editores e Distribuidores de Publicações Lda., 2015, pp. 919-936.

2 cf. «Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre - 26 de Novembro de 1772», in Arquivos de Angola, 2ª série, vol. X, nº 39-42 (Jan.-Out.), Luanda: Imprensa Nacional, 1953, pp. 157-177, p. 173 e Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas no Ultramar: Livro III, de Angola e Benguella e suas dependências / José Joaquim Lopes de Lima. - Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. ?.

3 cf. Arquivo Histórico Militar, Caixa 73; Oscar Paxeco - «D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho - O primeiro português que sonhou com o “Mapa Cor-de-Rosa: começou a governar há duzentos anos», in Diário de Noticias de 30-5-1964; Gastão de Sousa Dias - Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: administração Pombalina de Angola, Lisboa: Editorial Cosmos, 1936; «Uma Varonia Milenária: Os Souza Coutinho», de Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes, in Raízes & Memórias n.º 32, Dezembro de 2015, Lisboa: Produção Gráfica - Tipografia Lobão, 2016, pp. 131-192); Ana Madalena Rosa Barros Trigo de Sousa - D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: reinterpretção de um Governo, 1764-1772, Funchal; Lisboa: [s.n.], 1996, pp. 39-40; Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, Caixa 54, documento 31, Carta do Governador Sousa Coutinho de 6-6-1770; Domingos de Araújo Affonso e Ruy Travassos Valdez - Livro de Oiro da Nobreza. Apostilhas à Resenha das Famílias Titulares do reino de Portugal de João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco Torres e Manuel de Castro Pereira de Mesquita, Volume II, Braga, 1932, pp. 102-103; ANTT, Chancelaria de D. José I, Livro 86, fl. 174 v.º e 175.

4 cf. O Sargento-mor de Batalha, era um oficial general que exercia as funções de subchefe do Estado-Maior de um exército em operações, imediatamente subordinado ao Mestre-de-Campo General. O cargo foi criado no século XVI e reintroduzido no Exército português em 1663. Em 1762, o posto de Sargento-mor de Batalha, passou a designar-se Marechal-de-Campo. Nos dias de hoje, corresponde ao posto atual de Major-general, in Alberto Ribeiro Soares, coord.; pref. José Alberto Loureiro dos Santos; consultor cient. António Pires Nunes; investigadores Luís Faria de Almeida...[et al.]; colab. Ana Teresinha Músico... [et al.] - Os generais do Exército Português 1: Da Restauração às Invasões Francesas, 2ª edição, Lisboa: Biblioteca do Exército, 2016, p. 273.

[5](#) cf. D Arquivo Central / Arquivo Histórico da Marinha, Caixa 735.

[6](#) cf. Arquivo Histórico Militar, Caixa 199, António José Pereira da Costa, coord., [introd.] Luís Vasco Valença Pinto; invest. Carlos Manuel de Barros Martins Beirão de Oliveira... [et al.]; colab. Alberto Ribeiro Soares... [et al.] - Os generais do Exército Português: Das invasões francesas à queda da monarquia: 1807-1864, II Volume, I Tomo, Lisboa: Biblioteca do Exército, 2005, p. 149; ANTT, Arquivo Condes de Linhares, PT/TT/CLNH/0090/42 e PT/TT/CLNH/0092/51; Nobreza de Portugal e do Brasil, vol. II, p. 691; Marquês do Funchal - O Conde de Linhares Dom Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho, Lisboa: Tipografia Bayard, 1908, p. 187, documento n.º 6; Maria Filomena Mónica, dir.; Pedro Tavares de Almeida, colab. [Et Al.] - Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006, pp. 306-308.

[7](#) cf. D. Francisco de Almeida Portugal - Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal, vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional, 1937, pp. 78 e 86 e vol. IV, pp. 329-331.

[8](#) cf. Era irmã de D. Pedro de Souza Holstein, 1º Duque de Palmela (por decreto de 13-6-1833 e carta de 24-10-1835), Conde de Sanfré no Piemonte, 11º Capitão da Guarda Real Alemã (por carta de 24-9-1804), Par do Reino (por carta de 30-4-1826), Presidente do Conselho de Ministros (em 1834-1835, 1842 e 1846) e Ministro de diversas pastas, Embaixador em diversas Cortes (Londres, Paris, Madrid, Roma, etc.), Presidente da Câmara dos Senadores (1841) e da dos Pares (em 1833), etc. etc., * em Turim a 8-5-1781 (tendo por padrinhos de baptismo a Rainha D. Maria I e El-Rei D. Pedro III), † em Lisboa a 12-10-1850, que casou a 4-6-1810 com D. Eugénia Francisca Maria Ana Júlia Felizarda Apolónia Xavier Telles da Gama, Dama da Rainha D. Maria II e da Ordem de Santa Isabel, * a 4-1-1798, † em 20-4-1848, filha dos 7os Marqueses de Niza, com geração nos Duques de Palmela.

[9](#) cf. Arquivo Central / Arquivo Histórico da Marinha, Caixa 735, Afonso Eduardo Martins Zuquete, dir., coord. e compil.; il. João Carlos, J. Ricardo da Silva - Nobreza de Portugal e do Brasil: [Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática, vol. II, Lisboa; [Rio de Janeiro]: Editorial Enciclopédia, 1960-1989, p. 644.

[10](#)cf. Arquivo Central / Arquivo Histórico da Marinha, Livros Mestre, Letra E, fl. 186, Letra G, fl. 28, Livro J, fl. 193, Livro L, fl. 178.

[11](#)cf. Arquivo Histórico Militar, Caixa 3205 e Nobreza de Portugal e do Brasil, op. cit., vol. II, p. 692.

[12](#)cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra - O nascimento de um império conserveiro: “A Casa Fialho (1892-1939)”, dissertação de Mestrado em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.